

Justiça determina quebra de sigilo em sala de deputado do PSL de SP

Alesp



Deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP)
Alesp

A Justiça de São Paulo determinou a quebra do sigilo de computadores usados para disseminar mensagens de ataque ao Supremo Tribunal Federal e a parlamentares do PSL que romperam com o presidente Jair Bolsonaro. As informações são da coluna [Mônica Bergamo](#), na *Folha de S.Paulo*.

A ação investiga a existência de um suposto "gabinete do ódio" que funcionaria nas salas do deputado estadual Douglas Garcia (PSL-SP), ligado ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (SP), o filho "zero três" do presidente da República.

Garcia seria um braço do tal "gabinete" que funcionaria no Palácio do Planalto. A quebra revelou que a maioria dos IPs (endereço de protocolo da internet, do inglês *internet protocol address*) são de um provedor público paulista, a Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo).

A informação reforça a suspeita dos deputados do PSL que moveram a ação, como os federais por SP Joice Hasselmann e Junior Bozella, de que os ataques partiram da Assembleia Legislativa paulista. O esquema seria, portanto, financiado com dinheiro público.

Parte dos IPs de onde partiram as mensagens foram acionados em horário de trabalho.

A defesa dos parlamentares pede agora a identificação dos responsáveis pelos endereços de cada IP para checar se são funcionários pagos com dinheiro público.

Ainda segundo a coluna, os advogados do deputado Douglas Garcia e de seu chefe de gabinete, Edson Salomão, já se manifestaram na ação. Eles alegam que se busca a censura prévia e a implantação de uma lei da mordada. Defendem que parlamentares estão sujeitos a críticas.

Autores: Redação ConJur